

Santa Catarina e a ditadura empresarial: o caso da política agrária

Santa Catarina and corporate dictatorship: the case of the agrarian policy

Reinaldo Lindolfo Lohn¹

Resumo: O texto tem o objetivo de discutir como a política agrária defendida pelos setores vinculados à agropecuária empresarial em Santa Catarina, situados no aparelho de Estado ao longo das décadas de 1950 e 1960, encontrou meios para impor suas diretrizes e interesses com a instauração da ditadura militar a partir de 1964. A redução da questão agrária ao tema da baixa produtividade do trabalho, sem questionar a estrutura da propriedade da terra, redundou em políticas públicas associadas aos interesses empresariais no setor.

Palavras-chave: Ditadura, Política Agrária, Capital e Trabalho.

Abstract: The text aims to discuss how the agrarian policy advocated by the sectors related to agricultural business in Santa Catarina, located in the state apparatus over the decades of 1950 and 1960, found means to enforce its guidelines and interests with the establishment of the military dictatorship from 1964. The reduction of the agrarian question the issue of low labor productivity, without questioning the structure of land ownership, resulted in public policies associated with business interests in the sector.

Keywords: Dictatorship, Agrarian Policy, Capital and Labor.

O golpe civil-militar de 1964 e a implantação da ditadura militar receberam franco apoio das elites dirigentes e empresariais de Santa Catarina. Ao longo do período ditatorial, pequeno Estado do Sul do país contemplou os representantes locais da ditadura com apoio político e

¹ Doutor em História. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: reilohn@gmail.com

prestígio social, o que se expressou também em vantagens econômicas para um restrito círculo de empreendimentos particulares.

A ditadura intensificou as relações político-empresariais em Santa Catarina: carrou investimentos públicos apresentados como capazes de superar os obstáculos ao desenvolvimento nacional e regional, particularmente no âmbito da infraestrutura de transporte e energia, para determinados segmentos empresariais, politicamente escolhidos por sua proximidade e colaboração com os governantes de então. A associação entre governo e grupos empresariais significava que o primeiro arcou com os enormes custos dos investimentos públicos e do financiamento à iniciativa particular, enquanto o segundo garantia o controle social da mão de obra, com baixos salários, além de assegurar as bases materiais sob as quais os grupos hegemônicos adquiriam prestígio junto às comunidades locais e condições para campanhas políticas, nas quais eram facilmente vitoriosos.

O regime autoritário levou à diluição de antigas legendas partidárias em um único grupo de apoio ao regime: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Tratou-se de uma frente conservadora que fundiu interesses de empresários e políticos, articulados na propriedade de rádios e jornais, identificados pela defesa da livre iniciativa e da ordem repressora. Além disso, o pretense apego ao trabalho disciplinado dos empresários de Santa Catarina foi base para a construção de vínculos entre ideias liberais e determinada ética cristã.² Além da ARENA, o regime impôs a formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aglutinaria a oposição liberal e algumas frentes de esquerda que se contrapuseram ao regime.

Foi sobre uma base política e social existente que a ditadura montou seu aparato institucional. No âmbito ideológico, debates acerca das características do capitalismo brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial foram, de certo modo, “resolvidos” pela imposição de um conjunto de ações por parte do Estado autoritário que estavam pautadas em vieses bem definidos sobre o que seriam as prioridades para alcançar o mais rápido possível o desenvolvimento nacional. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 o tema da modernização brasileira ganhou a cena pública e envolveu diferentes setores sociais e políticos: partidos, organizações sindicais, a Igreja Católica, acadêmicos, técnicos, gestores públicos e empresários. A diferença entre o ritmo acentuado de crescimento econômico verificado nas

² BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo Lohn (orgs.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina 1964-1985**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. 400p.

grandes áreas urbanas e o “atraso” do meio rural ensejava discussões amplas sobre o papel do Estado e da iniciativa privada.

Contra a “questão agrária”, bandeira das esquerdas e dos reformistas mais ousados, para os quais a reforma agrária aparecia com objetivo fundamental para destravar o desenvolvimento, afirmou-se um denso bloco de poder, com algumas variações ideológicas, mas que conseguiu unificar liberais e conservadores em torno da perspectiva da modernização técnica da agricultura. Quando ocorreu o golpe essa discussão estava em seu auge, pois a reforma agrária era ponto fundamental das anunciadas reformas de base do Presidente João Goulart.

Tão importante era o tema, que o regime em seus momentos iniciais não deixou de dar uma resposta ao tema da estrutura fundiária do país, com o Estatuto da Terra. Os setores ruralistas, uma das vigas mestras da coalizão golpista do 1º de abril de 1964, logo tiveram que se articular novamente, dessa vez contra uma legislação criada pelo governo que haviam ajudado a impor ao país, sob o General Castelo Branco.³ A legislação resultou do conjunto de formulações elencadas pelo Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra, que contava com ministros e integrantes do alto escalão do governo. Os opositores a qualquer alteração na estrutura fundiária tinham à sua disposição um conjunto de premissas que satisfaziam a seus interesses e favoreciam a disposição autoritária dos oficiais militares que pretendiam dar forma ao regime. Os primeiros meses do novo governo foram, portanto, marcados por tensões que somente aos poucos seriam resolvidas. No encaminhamento das medidas que forçosamente abafariam esses conflitos, inclusive pela violência, apareceram com mais nitidez as visões de mundo e os liames ideológicos dos próceres da ditadura.

A discussão sobre a necessidade ou não de reforma agrária e a impossibilidade do regime levar adiante medidas que contrariavam sua própria base de sustentação, levariam a que, em poucos anos, houvesse a consolidação de um tipo de capitalismo agrário que preconizou a empresa rural com modelo de uso eficaz da terra e fundamental para obtenção de crescentes superávits externos. Conforme Guilherme Delgado, as proposições de Delfim Netto sobre o problema agrícola brasileiro ganharam terreno. O economista logo ganharia papel central da condução da política econômica e seria reconhecido como um dos principais artífices daquilo que

³ BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 5, 5-31, novembro 1995.

o próprio regime tratou como “milagre brasileiro”: um período de crescimento econômico acelerado impressionante. Uma modernização sem reforma caracterizada pela integração “técnica-agricultura-indústria”, com a mudança nas formas de produção agrícola por meio de insumos industriais e máquinas, bem como a articulação entre produção de determinados alimentos e setores industriais (como no caso de oleaginosos),⁴ num conjunto de ações que necessitavam de grandes aportes de investimento público em farto crédito rural, incentivos fiscais e fomento técnico de diversas ordens. Foi montado um “sofisticado esquema de crédito subsidiado”⁵ que aumentaria a produção agrícola e permitiu reduzir o preço dos alimentos e o custo da mão de obra, mantido em níveis salariais extremamente baixos, o que era peça fundamental para todo o esquema de crescimento econômico.

Mas é preciso enfatizar que esse programa vasto e razoavelmente coerente de formulações que praticamente negavam a existência de uma “questão agrária” no Brasil e apontavam para o aumento da produção e da produtividade agrícola para o mercado externo e a absorção da mão de obra expulsa do meio rural pela forte urbanização, não surgia simplesmente de algumas figuras de proa do regime, ligadas à academia. Quando são alteradas as escalas de observação desse processo histórico que teria importantes desdobramentos socioeconômicos e culturais no conjunto da sociedade brasileira, percebe-se que a coalizão de interesses envolvidos no tema da produção agrícola apresentava seu próprio projeto de desenvolvimento e foi capaz de constituir formulações próprias, as quais viriam a circular entre setores empresariais, gestores públicos e, mesmo, no âmbito da imprensa. Um documento revelador dessa capacidade de produção de ideias próprias por parte dessa junção entre representantes de grandes proprietários rurais, um nascente setor de agroindústrias e a tecnocracia estatal é o pequeno livro publicado em Santa Catarina por Glauco Olinger no início de 1964, pouco antes do golpe, intitulado “Política Agrária”.

⁴ DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 43, 157-172, 2001.

⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade de Viçosa, em Minas Gerais, Olinger nasceu em Lages, uma das “capitais políticas” de Santa Catarina — ou seja, uma das cidades que aglutinava forças regionais importantes e decidiam os rumos políticos da administração —, graças à presença da oligarquia Ramos nos meandros das relações de poder no Estado, e era, àquela altura, um dos mais destacados quadros da administração pública. Tinha importante presença no alto escalão do governo de seu conterrâneo Celso Ramos, no qual era responsável pelas ações previstas para o setor agrícola no conjunto de medidas estabelecidas pelo Plano de Metas do Governo ou, simplesmente, PLAMEG. Oriundo da presidência da Federação das Indústrias (FIESC), o então governador montara um governo que estabelecia um claro vínculo político-empresarial e afirmou um modelo de desenvolvimento que seria aprofundado ao longo da ditadura militar. Em Santa Catarina prevaleceu um modelo de atuação do Estado autoritário em que os dirigentes atuavam simultaneamente em esferas públicas e em negócios privados, o que assegurou um bem montado sistema de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral. Grupos empresariais importantes como a Companhia Hoepcke e o Banco Inco, entre outros, eram dirigidos por importantes integrantes do cenário político-partidário,

Naquele momento, no Brasil, eram muitos os entusiastas da chamada Revolução Verde, denominação para um amplo leque de intervenções em genética vegetal com o fim de criar e multiplicar sementes eficientes, principalmente de trigo, arroz e milho, para diversos solos e climas, bem como resistentes a doenças e pragas, o que envolveu transformações nas tecnologias e práticas de trabalho no campo. A partir de experimentos iniciais no México levados a cabo pela Fundação Rockefeller,⁶ as iniciativas ganharam corpo quando tomaram a forma de um movimento internacional, cuja figura de maior expressão era o agrônomo norte-americano Norman Ernest Borlaug. O discurso dos patrocinadores procurava ressaltar uma imagem humanitária, enfatizando a possibilidade de acabar com a fome no planeta, o que levou Borlaug a ganhar o Prêmio Nobel da Paz em 1970. Do ponto de vista de muitas corporações que patrocinaram as iniciativas, o que estava em jogo era transformar a

⁶ SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Rio de Janeiro, 2009. 226 p. Tese (Doutorado em História). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. p. 60-61.

agricultura em um novo campo de valorização para a indústria: “a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios nas grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização.”⁷ Sob o ponto de vista político e ao tomar em consideração as condições da América Latina dos anos 1950 e 1960, pode-se afirmar que a “Revolução Verde” visava extirpar as ameaças de uma “revolução vermelha”.⁸

Desde a década de 1950 o governo do Estado registrava a ocorrência de “despejos praticados por proprietários de terras e de que são vítimas modestas famílias de agricultores, moradores de muitos anos, com plantações e benfeitorias”, principalmente na região Oeste, o que atingia famílias que eram “atiradas nas cidades, despovoando os campos, com prejuízos da produção e conseqüente agravamento do custo de vida”.⁹ Em 1961 um grupo de trabalho formado pelo governo de Celso Ramos para a questão fundiária concluiu que os órgãos públicos favoreciam os que requeriam “vastas extensões de terras para fins especulativos”, o que destruía a pequena propriedade “para transformá-la em latifúndio, o mais cruel de todos, pois que à custa da expulsão do colono”, o que contava com a violência policial, como no caso de uma madeireira de Xanxerê que possuía uma área total superior a 10 mil hectares, mas que obtivera novas concessões em Abelardo Luz.¹⁰ As irregularidades nas concessões de terras promovidas pela antiga Diretoria de Terras e Colonização, com a duplicidade de registros, colaboravam para o número de 15 mil processos em andamento no ano de 1962 que diziam respeito a conflitos e demandas em torno da regularização da posse de terras em Santa Catarina. Os despejos judiciais eram constantes e as violências eram comuns no interior do

⁷ BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 45.

⁸ BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. Campinas, 1985. 443p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas. p. XVI.

⁹ SANTA CATARINA (Estado). Governador Irineu Bornhausen. **Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa**. Florianópolis, 1951, p. 38.

¹⁰ SANTA CATARINA (Estado). Governador Celso Ramos. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Florianópolis, 1961. p. 48-49.

Estado.¹¹ A documentação pesquisada, basicamente as mensagens anuais do governador do Estado, não permite avançar em detalhe nas situações destacadas, mas aponta para uma dinâmica que se afigurava como bastante conhecida entre os que participavam dos debates públicos, seja o governo, os partidos, a imprensa e parcelas importantes da sociedade.

A despeito de seu título e do quadro de conflitos agrários que se estendia por várias partes do território estadual e nacional, o trabalho de Olinger foge quase que completamente do tema da estrutura fundiária. A discussão centra-se em como tornar o “homem do campo” um “capital dinimizável de imenso valor”, a partir de três elementos: financiamento, assistência técnica e mercado. Voltava-se a contribuir com a formação de novas lideranças para o “movimento ruralista”, de modo que fosse assegurada a “plena realização de uma política agrária conveniente ao nosso meio rural”. Em 1960 a distribuição da propriedade da terra em Santa Catarina indicava que as propriedades rurais de Santa Catarina com mais de 100 hectares ocupavam 48% da área total agriculturável do Estado, sendo que aquelas superiores a 1.000 hectares alcançavam 20% do total. A outra metade da área rural era ocupada por milhares de pequenas propriedades, em geral exploradas sob a forma do trabalho familiar. Ao contrário das interpretações que centravam a questão agrária na desigual e ineficiente apropriação da terra no Brasil, o autor aponta que o objetivo central da política agrária proposta consista em focar a “elevação da produtividade do trabalho do produtor rural”.¹² Esta era justamente a pedra de toque do debate conduzido por aqueles setores que imporiam as políticas públicas para a agricultura após o golpe de 1964 e que elidiram as proposições do Estatuto da Terra.

A questão da baixa produtividade do trabalho no Brasil era tema presente nas discussões orientadas por premissas do liberalismo. Em estudo sobre as revistas “Conjuntura Econômica” e “Revista Brasileira de Economia”, publicadas pela Fundação Getúlio Vargas, Salomão Quadros da Silva demonstra que na década de 1950 o tema foi debatido, especialmente sob o ponto de vista da pretensa nocividade do aumento do salário mínimo. Aos trabalhadores de baixa renda e escolaridade, dadas as limitadas necessidades para sua subsistência, o aumento de salários, afora as pressões

¹¹ SANTA CATARINA (Estado). Governador Celso Ramos. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Florianópolis, 1963. p. 271-273.

¹² OLINGER, Glauco. **Política agrária**. Santa Catarina: ACARESC, 1964. Introdução.

inflacionárias, seria indesejável por reforçar uma tendência a reduzir a produtividade.¹³ Essas considerações revelam uma óbvia interpretação sobre a formação sociocultural da população brasileira que remete a uma longa linhagem de produções liberal-conservadoras dedicada a interpretar o que seriam os caracteres fundamentais dos brasileiros, mas que mal conseguiam dissimular preconceitos de classe e raciais. Os brasileiros seriam pobres porque improdutivos: inaptos para a competição social e, assim, não merecedores dos frutos do trabalho árduo e eficiente.

À época mesmo, Dante Moreira Leite dedicou-se a analisar o tema em obras clássicas como as de Silvio Romero, nas quais o brasileiro aparece como apático e sem iniciativa.¹⁴ A partir de tais premissas, pode-se entender que políticas públicas de valorização da renda do trabalhador, portanto, deveriam ser evitadas. O aumento da renda do trabalhador viria com sua laboriosidade, racionalização e inculcação de valores morais e cívicos elevados. A promoção de ideias e práticas associadas à construção de um Estado Providência no Brasil, no sentido de robustas políticas sociais que estimulam a produção e corrigem as desigualdades, conforme Alfredo Bosi, enfrentou um movimento pendular dos grupos dirigentes desde o final do século XIX. Havia divergências entres os republicanos positivistas e os que claramente passaram a defender uma versão evolucionista e liberal da “seleção natural dos mais aptos”, numa leitura própria das então largamente difundidas concepções de Herbert Spencer, as quais redundariam no que se convencionou chamar de darwinismo social. Contrários a estes últimos, os primeiros defendiam bandeiras que se opunham ao livre mercado e, em particular, ao setor agroexportador, ao passo em que afirmavam a importância de um Estado altruísta que fosse capaz de organizar o social.¹⁵

Tal discussão fazia-se presente, de modo complexo, obviamente, nos conflitos sociais brasileiros que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Ainda que por caminhos transversos, o Estado ganhou corpo e significação no Brasil, com uma precária montagem de mecanismos de seguridade social que esboçavam assegurar diferentes demandas das classes trabalhadoras, com vistas à apropriação social da riqueza produzida no país e a conquista

¹³ SILVA, Salomão Quadros da. O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 204-224.

¹⁴ LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 250-255.

¹⁵ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 278-281.

de uma “cidadania regulada”, conforme Wanderley Guilherme dos Santos.¹⁶ Os custos políticos de tal operação haviam sido enfrentados pelo varguismo por meio de um jogo que envolveu autoritarismo e negociações com distintas frações regionais e setoriais dos grupos dirigentes conservadores, em troca da manutenção da ordem e da estabilidade. Mas, na medida em que a sociedade brasileira ganhou um perfil mais urbano e foram intensificadas as dinâmicas da industrialização, chegava-se a perigosos limites para as práticas políticas conciliadoras prezadas no país. A necessidade de produzir mais, numa escala que assegurasse a geração de divisas internacionais capazes de sustentar o crescimento econômico, impunha uma exploração de mão de obra barata com notórios riscos políticos, em termos de possíveis mobilizações populares, particularmente no campo. Mantidos alheios à grande parte da legislação social existente, os trabalhadores rurais conquistariam o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1964, com a perspectiva de acolhimento no Estado Providência brasileiro.

Caio Prado Junior, quando da promulgação da lei, saudou a iniciativa como “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”, mas logo adiantou que, dada a falta de atenção ao assunto por parte dos congressistas, o texto legal abria inúmeras possibilidades para seu descumprimento, principalmente por não levar em conta a diversidade das formas de trabalho e de remuneração no meio rural brasileiro, na maioria dos casos diferentes do pagamento em salário. Defendia que uma legislação reguladora das relações de trabalho deveria estar associada mais amplamente aos problemas agrários brasileiros, pois “os baixos padrões de produtividade e ínfimo nível tecnológico que predominam na generalidade da agropecuária brasileira, se devem em primeiro e principal lugar ao baixo custo da mão de obra”. Ao contrário dos que defendiam ser o aumento da produtividade do trabalho a condição para a elevação dos salários, Prado Junior vaticinava: “o que determina a elevação dos salários é a luta e a pressão dos trabalhadores” e, em decorrência desta, para compensar a pressão dos custos de mão de obra, os fazendeiros introduziriam inovações tecnológicas que tornariam a produção mais eficiente. Daí porque entendia que a legislação trabalhista no campo teria efeitos de largo alcance, pois a elevação dos custos de mão de obra liberaria terras então exploradas em condições precárias e extensivas, cuja manutenção só era compensada pelo baixo custo de produção, para a

¹⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979. p. 75-76.

reforma agrária.¹⁷ Contudo, introduzido às vésperas do golpe, o novo Estatuto foi tornado inócuo até que o governo autoritário arranjasse suas forças de sustentação e, em 1971, apresentasse o FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). Esteve em jogo, ao longo do período, a intensificação eficaz da exploração do trabalho e o aumento da produtividade por meio da economia de mercado, com a decorrente valorização da competitividade, sem a melhoria da renda do pequeno produtor rural e do lavrador assalariado.

A questão agrária reduzida à pretensa improdutividade do trabalhador rural brasileiro guiou a lógica dos agentes públicos que, muito em função do aumento das atribuições do Estado empreendido pelas políticas nacional-desenvolvimentistas, dirigiam órgãos e autarquias criados em diferentes níveis da administração no âmbito da agricultura. Ou seja, a necessidade do Estado desenvolvimentista em assegurar superávits externos que dependiam da capacidade agrícola do país, ao passo em que a indústria mal conseguia atender o mercado interno, reforçava politicamente os grandes produtores rurais e a estes eram dirigidas as políticas públicas para o setor. Neste caso, a produção agrícola brasileira cada vez mais foi apresentada como problemática, pois deveria dar conta de acertar o passo com a modernização. Como aponta José de Souza Martins, todo um conjunto de falas sobre pretensas “resistências às mudanças” por parte dos agricultores brasileiros, desconhecia o quanto as formas de produção tradicionais eram funcionalmente adequadas e até eficazes quando integradas ao processo de industrialização em curso, justamente porque absorviam os custos da acumulação de capital por meio da exploração de uma mão de obra de baixíssimo custo que produzia alimentos baratos sob a condição do rebaixamento do nível de vida da população rural. Contudo, guiadas pelas premissas prevaletentes entre as elites agroexportadoras, as iniciativas do Estado terminavam por financiar a incorporação de técnicas e valores próprios da agricultura de mercado, então dominada por grandes corporações transnacionais, principalmente dos Estados Unidos, que difundiam a Revolução Verde.

Glauco Olinger fora o fundador do Serviço de Extensão Rural catarinense, em 1956, que logo ganharia forma na Associação de Crédito e

¹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 142-160.

Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC).¹⁸ A entidade, desde suas primeiras ações, ganhou importante espaço no interior das estruturas governamentais e, de acordo com Raquel Quadros Seiffert, optou claramente a só assistir aos “agricultores que tivessem condições de dar resposta aos objetivos da modernização”. Para os técnicos, não se deveria perder tempo com as propriedades “patológicas”, ou seja, aquelas que não apresentassem condições mínimas para a modernização¹⁹. Em 1970, por exemplo, num congresso cooperativista, um representante da região de Laguna, reclamava que os “rurícolas” daquela área eram marginalizados por não disporem de assistência técnica, a qual estava concentrada nas “regiões economicamente mais fortes”.²⁰ Para Olinger, caberia ao homem do campo adquirir a “mentalidade de progresso”, entendida como a “permanente certeza de que hoje estamos realizando melhor que ontem e que amanhã estaremos trabalhando e vivendo melhor do que hoje”. Estariam então criadas condições para a elevação da produtividade, afigurada como “melhoria contínua das técnicas de trabalho e de produção”, com vistas a satisfazer “a mais fundamental das necessidades sentidas pelo homem: ‘ser mais do que é’”.²¹

Mais da metade das propriedades rurais de Santa Catarina eram de tipo familiar na década de 1960, isto é, exploradas exclusivamente pelos membros da própria família proprietária. Os levantamentos sobre a renda obtida por estes agricultores situavam-nos, segundo o autor, na base daquela dos “países subdesenvolvidos”. A temática do desenvolvimento tornava ainda mais nítidos os contornos da discussão que então se travava na América Latina, a partir das proposições dos economistas da Cepal (Comissão Econômica para a América), Raul Prebisch à frente, que acentuavam a inexorável depreciação dos termos de trocas internacional dos países agroexportadores frente aos industrializados. A industrialização seria, então, uma necessidade premente, com diversos desdobramentos políticos, principalmente aqueles que diziam respeito ao rompimento da dominação

¹⁸ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Florianópolis, 1997. 219p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁹ SEIFFERT, Raquel Quadros. **Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)**. Florianópolis, 1990. 222p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. p. 78.

²⁰ PRIMEIRO CONGRESSO CATARINENSE DE COOPERATIVISMO, 1970, Chapecó. [Relatório Das Sessões Plenárias] Chapecó: 12 a 14 de outubro de 1970. p. 37.

²¹ OLINGER, Glauco. Op Cit. p. 7.

das elites rurais nos países latino-americanos. Contrariamente a esta posição, o pensamento liberal-conservador brasileiro questionava a industrialização como panaceia. Eugênio Gudín situava o problema em outra dimensão: o subdesenvolvimento seria decorrência direta da inflação, do nacionalismo e da baixa produtividade. Para cada um desses três elementos convergem discussões econômicas, mas também um sólido conjunto de interpretações da formação sociocultural brasileira, que passa pelas vicissitudes climáticas e geográficas, que teriam afastado a colonização europeia, além da desordem, da ignorância, do complexo de inferioridade e, por fim, da proteção excessiva aos produtores ineficientes.²²

A baixa produtividade do trabalhador rural brasileiro estava estampada nos dados elencados por Olinger. Enquanto nos Estados Unidos um agricultor produzia 5 toneladas de cereais, no Brasil o produtor rural seria capaz de produzir apenas 400 quilos ao ano. Norte-americanos e europeus seriam mais produtivos devido à mecanização e ao cultivo intenso, com largo uso de fertilizantes. O caso de Santa Catarina era ainda mais agravado na comparação com o restante do país, pois a renda dos trabalhadores agrícolas do Estado era menor que a média nacional. A necessidade de elevar a “capacidade produtiva” significava prioritariamente resolver a questão do “atraso tecnológico” e o deslocamento de populações rurais para o trabalho industrial, “permanecendo nas lidas do campo os menos capazes”.²³ A condição de colono-operário, uma tática de reprodução da condição de produtor agrícola, mesmo com uma renda deprimida, utilizada por boa parte da população rural em Santa Catarina, particularmente no Vale do Itajaí, foi observada em detalhe por Giralda Seyferth. “a indústria, antes do seu maior desenvolvimento, não alterou fundamentalmente a pequena produção camponesa” porque baseada na exploração da mão de obra de agricultores que dedicavam parte de seu tempo à fábrica, sem deixar a lavoura.²⁴ Identificados antes como colonos do que como operários, esses trabalhadores formaram uma base social de estabilidade política e econômica, ao sustentar antigos laços familiares e inadvertidamente deprimirem os salários pagos pela indústria, pois

²² SILVA, Salomão Quadros da. Op Cit. p. 222.

²³ OLINGER, Glauco. Op Cit. p. 9-16.

²⁴ SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 103-120.

possuíam a alternativa de compensar ganhos com a agricultura de subsistência e a venda de excedentes, o que garantiu uma mão de obra razoavelmente dócil e “ordeira”, conforme a representação usual dos trabalhadores em Santa Catarina. Mesmo assim, não deixaram de ser tomados como parte da “questão agrária”, compreendida como um problema de eficácia produtiva.

Numa hierarquia regionalizada, os dados levantados apontavam que os agricultores do litoral de Santa Catarina trabalhavam em média dois hectares por ano, enquanto que no Vale do Itajaí tal número dobrava. Mas, no Oeste, uma família seria capaz de cultivar uma área de oito hectares. Com maior capacidade produtiva, esses números seriam elevados e, como decorrência inevitável da introdução de novas tecnologias e métodos de produção, o tamanho de cada propriedade deveria aumentar para acompanhar o aumento da capacidade para cultivar mais terras: “é uma decorrência natural do avanço tecnológico que multiplica o esforço humano, fator determinante de sobra de braços”. O êxodo daí resultante seria “necessário e inevitável”.²⁵ A política agrária proposta assumia que seu resultado seria o encaminhamento da questão fundiária, não por uma reforma redistributiva, mas por um aprofundamento da concentração de terras.

Em Santa Catarina, antes ainda do golpe de 1964, as relações políticas e a estruturação do aparato governamental configuraram um modelo de desenvolvimento socioeconômico que, em algumas de suas linhas básicas, seriam continuadas e aprofundadas durante a ditadura. Os prováveis resultados sociais e fundiários de uma política para o setor agrícola, ao envolver o acelerado aumento da produtividade por meio do favorecimento à organização empresarial no campo, faziam parte das expectativas dos que estavam no poder e foram introduzidos na nova ordem. Aparadas as disputas políticas que envolveram os grupos conservadores que dominavam a cena política em Santa Catarina, obrigados a reunir-se sob o guarda-chuva da ARENA, configurou-se um modelo de planejamento econômico que, por fim, veio a constituir um projeto com diretrizes e programas de ação que orientariam o desenvolvimento do Estado, quando foi fortemente favorecida a financeirização da economia e a concentração de renda.

²⁵ OLINGER, Glauco. Op Cit. p. 16-30.

A ARENA representava a fusão de interesses de empresários e políticos, que se confundiam na propriedade de rádios e jornais, com os quais difundiam posicionamentos mais ou menos homogêneos em defesa da livre iniciativa. O trabalho disciplinado e a subordinação à produção capitalista foram, historicamente, fatores de distinção e pujança econômica em comunidades do interior do Estado, com a manutenção de relações sociais estáveis e hierárquicas, nas quais a proeminência de políticos e empresários favoreceu a reprodução de estruturas de poder tradicionais pautadas na família e no respeito à ordem vigente. Sob esta cultura política foram cristalizadas práticas e representações relativas às lideranças políticas e empresariais que, por vezes, confundiam-se no controle do partido predominante em dada região com a maior empresa do lugar, com capacidade de reproduzir-se no tempo e gerar dividendos eleitorais e contábeis.²⁶

Um modelo de desenvolvimento norteador das ações do Estado manteve-se à custa do regime autoritário, mas avançou para o período da redemocratização. Entre suas características estava a constituição de cadeias produtivas em conformidade com os mais influentes setores empresariais de cada região, os quais mantinham notórias relações com as classes dirigentes. Estas, ao controlar o aparelho de Estado, impuseram planos de governo que se aproximaram na forma e no conteúdo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento de modo a construir a infraestrutura necessária aos negócios particulares com vultosos investimentos públicos. O Estado foi o parceiro dos grandes grupos empresariais regionais, como um sócio que investiu no longo prazo e assumiu os maiores riscos.²⁷

Com o aprofundamento do regime ditatorial e a consolidação de um ritmo de progresso econômico acelerado, mesmo sem transformações sociais importantes, o otimismo tomou da linguagem oficial dos governantes, francamente apoiada pelos meios de comunicação existentes. Àquela altura o território estadual estava sendo interligado pela rede de telefonia e pelo funcionamento das primeiras emissoras de televisão, a TV Coligadas, em Blumenau, e a TV Cultura, em Florianópolis. Os governos da

²⁶ MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1964)**. Florianópolis, 1998. 182p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁷ Ver a respeito: MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. 242 p.

ditadura ampliaram o raio de ação de instituições como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), além dos investimentos para a consolidação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). Grandes grupos empresariais tornaram-se diretamente responsáveis pela condução de políticas públicas para os diferentes setores da economia. Agroindústrias passaram a gerir diretamente a Secretaria da Agricultura, enquanto para a indústria foram direcionados mecanismos financeiros como o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) e depois o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), instituídos para estimular o setor privado pela transferência de recursos públicos, em especial para a indústria de alimentos.²⁸

Processou-se uma privatização do Estado, mas com resultados econômicos apreciáveis do ponto de vista do crescimento da economia e, em particular, dos setores industriais, com sua integração à economia nacional. A ampliação da presença do Estado levou ao aumento de suas funções e à necessidade de formação de pessoal qualificado, em universidades públicas e comunitárias, o que ensejaria a expansão das camadas médias urbanas no conjunto da população e de sua influência sociocultural. Em diversas regiões do Estado, as cidades mais importantes cresceram de tamanho e ganharam uma nova configuração, com trabalhadores a viver em periferias precárias e com horizontes restritos para os mais jovens.

Enquanto isso, as políticas governamentais para o campo seguiram guiadas pela perspectiva de que o produtor rural catarinense apresentava “baixo nível de conhecimentos da tecnologia de produção”, o que resultaria na “baixa produtividade apresentada”. Em 1971, o governo avaliava que o número de agricultores integrados aos novos métodos produtivos não atingia 15% do total. A renda média dos agricultores em regiões como o Oeste e o Vale do Rio do Peixe, giraria em torno de 600 dólares, caindo mais ainda no litoral, o que redundava em grave deficiência alimentar, notadamente de vitaminas. Além disso, “levantamentos sobre os índices de sanidade das populações rurais catarinenses” demonstravam “alta incidência de verminose, decorrente da falta de hábitos de higiene adequados”. A

²⁸ Ver a respeito: GOULARTI Fº, Alcides; RABELO, Giani. Planejamento, crescimento econômico e desigualdades sociais. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo Lohn (orgs.). Op Cit. p. 207-220.

solução para esses problemas estaria na mudança de “hábitos, atitudes e habilidades dos agricultores, ou seja, pela transformação de uma agricultura tradicional, de subsistência, em uma agricultura moderna, voltada para o mercado”.²⁹ As novas “empresas rurais” daí surgidas deveriam “ser grandes”, pois “o problema do minifúndio” seria “maior do que o do latifúndio”.³⁰ Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, apesar de não olvidar a necessidade de algum tipo de reforma agrária, a orientação dos governos da ditadura foi a de insistir na contingência do “grande excedente de mão de obra, relativamente aos sistemas e técnicas prevaletentes no uso da terra”, sendo então mais importante a “regulamentação das relações contratuais no campo”.³¹

Na avaliação das potencialidades do setor agropecuário brasileiro pesava a percepção adquirida pelos agentes governamentais quanto à realidade da maioria da população rural e sua inadequação às exigências de um aumento de produtividade em grande escala. Levantamentos empíricos demonstravam que “98% da população rural do litoral catarinense” seria “infestada com mais de um verme”, sendo que no Vale do Itajaí, “100% da população rural” estaria “infestada, no mínimo, com duas espécies de vermes”. No Alto Vale do Itajaí “88% das propriedades não possuíam qualquer espécie de privada”, percentual que se elevava a 90% no sul do Estado, com altas taxas de mortalidade infantil. Em 1965, “em três comunidades de Turvo” fora “encontrada apenas uma fossa entre 300 famílias pesquisadas”. Quanto aos hábitos de higiene, “menos de 3% das famílias” possuíam “banheiro, do tipo chuveiro, seja com água encanada ou à base de lata ou latão com torneira”, com preferência pelo “banho de bacia gamela, cocho, calha ou bica d’água e de rio”. O banho geralmente seria “realizado à tardinha, quando as pessoas retornam da roça”, sendo que “antes de deitar é costume lavar os pés”. O chamado “banho geral, ou seja, de corpo inteiro” ocorria apenas “aos sábados”.³²

²⁹ SANTA CATARINA (Estado). Governador Colombo Machado Salles. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Florianópolis, 1971. p. 88.

³⁰ PRODOHL, Augusto Sylvio. **BRDE no desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1970. p. 158.

³¹ NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. In: **História & Perspectivas**, Uberlândia, n 10, p. 81-108, 1994.

³² SANTA CATARINA (Estado). Secretaria da Agricultura. **ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades**. Florianópolis, 1967. p. 5-49.

Delineava-se, assim, uma imagem da população rural que, de certo modo, confirmava as percepções comuns entre intérpretes liberais e conservadores brasileiros que destacavam suas crenças quanto às pequenas condições de competitividade da economia brasileira decorrentes da produção ineficaz e desorganizada da massa de trabalhadores do país. Os militares poriam em andamento, na acepção de Carlos Fico, uma “utopia autoritária”³³ constituída a partir de diversas influências, mas próxima de um elitismo alimentado pelos confrontos com o varguismo,³⁴ no qual subjazia a avaliação de que a população brasileira deveria ser submetida a ações ufanistas que empurrassem o povo para o desenvolvimento. Não por acaso, um dos principais personagens criados pelos produtores da comunicação social do regime foi o “Sugismundo”, um desenho animado em que caracterizava o brasileiro a partir da imagem prevalecente entre os militares: um indisciplinado, improdutivo e, particularmente, avesso à higiene.

Em lugar do antigo lavrador improdutivo, Glauco Olinger projetou, em 1971, a possibilidade de transformar o agricultor em “super-homem”. Inspirado em uma publicação norte-americana, o autor vislumbrava que o homem do campo do “ano 2000” produziria “uma abundância duas a cinco vezes mais do que hoje”, com a ajuda de “uma estação de controle equipada com uma ampla variedade de maravilhas eletrônicas e ferramentas superiores”. Chegaria o tempo em que tratores seriam “teledirigidos e suas rotas serão traçadas por aparelhos semelhantes ao radar”, enquanto que “óvulos férteis” seriam “transplantados de vacas de alta produção para animais incubadores permitindo que uma vaca superior possa, durante sua vida, gerar mil crias, em comparação com a média de dez, na atualidade”, entre outras inovações que, de certo modo, confirmaram suas expectativas.³⁵

Em Santa Catarina, o aprofundamento da modernização agropecuária tornou negativo o crescimento da população rural, com o

³³ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 188p.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares, aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999. p. 55-82.

³⁵ OLINGER, Glauco. Agricultor será Super-Homem. **Agro-informativo de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 4, p. 3, janeiro de 1971.

aumento do êxodo para as cidades ou para o Centro-Oeste e Amazônia.³⁶ O crescimento do número de tratores, a expansão do crédito, com grande favorecimento ao crescimento dos bancos, somados a políticas específicas em favor de determinados produtos, como a soja e a criação de aves e suínos, mudaram o perfil do produtor rural. Com a expansão da agricultura empresarial, a exploração agrícola familiar não capitalizada passou a ter dificuldades de competição no mercado e foi “relegada a um segundo plano dentro da lógica estatal de incentivo ao desenvolvimento”.³⁷

Na linguagem oficial do governo, Santa Catarina integrava-se “as ideias de renovação e modernização da sociedade, objetivos da Revolução de 1964 e missão nossa neste Estado”. Em 1973 anunciava-se que a “utilização técnica e racional da terra” brevemente permitiria “superação da fase de subsistência” e o “ingresso na agricultura empresarial e de mercado”. Em modalidades específicas como a suinocultura, estariam desaparecendo “os grandes rebanhos decorrentes da criação extensiva, sem cuidados técnicos”, pois o produtor estaria preocupado em “apresentar um produto dentro das exigências dos frigoríficos”.³⁸

Ao longo do período, os incentivos governamentais favoreceram “uma efetiva tecnificação nas bases produtivas da agricultura catarinense”, com grande utilização de fertilizantes, rações e produtos veterinários. Houve “o estreitamento da interligação do agricultor com o mercado” e transformações que, “além de monetarizar a vida do produtor rural”, tornaram-no “consumidor de tecnologias”. A estrutura fundiária de Santa Catarina mostrou “uma evolução na mesma direção que a verificada para a nação brasileira em termos globais: a da concentração”. Predominou uma tendência favorável à concentração de terras, “através da expansão da produção capitalista, seja ela de lavouras permanentes (maçã), de lavouras temporárias (soja, principalmente), de reflorestamento e de pastagens”.³⁹ O chamado agronegócio nascente ganharia espaço tanto na ocupação das

³⁶ CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. p. 86.

³⁷ WARREN, Ilse Scherer. O movimento dos trabalhadores rurais no sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade. In: DIAS, José de Souza (org.). **Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 15-36.

³⁸ SANTA CATARINA (Estado). Governador Colombo Machado Salles. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Florianópolis: 1973. p. 200-211.

³⁹ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980**. Florianópolis: [s.n.], 1984. p. 15-17; 27-36.

terras, quanto na influência política renovada de setores das elites tradicionalmente ocupantes do aparato de Estado, mas que se apresentavam com feições “modernizadas”.

Os novos conflitos daí surgidos dariam origem a movimentos sociais que viriam a atuar a partir do final da década de 1970, quando tomaram parte no crescimento das oposições em Santa Catarina, articuladas inicialmente em torno da única alternativa disponível, o MDB. O crescimento eleitoral da oposição tornou-se perceptível e, em certos casos, demonstrava que o perfil da sociedade catarinense sofrera importantes alterações, como foi o caso de Lages, tradicional bastião conservador e oligárquico, mas que experimentou uma inovadora experiência de participação popular e gestão democrática.⁴⁰

A partir de então, os próceres da ditadura em Santa Catarina vieram a sofrer alguns abalos e desgastes, seja pela ameaça de derrotas eleitorais, no período da redemocratização do país, mas principalmente pelas dificuldades do setor público, que não suportou o favorecimento político deliberado para determinados setores privados; sem a contrapartida necessária da parte dos beneficiários.

A concentração empresarial, a integração complementar à economia nacional e as difíceis condições de competitividade, tornaram a economia estadual vulnerável às crises que se aprofundaram na década de 1990, quando da introdução de políticas neoliberais que retiraram do Estado a capacidade de gestão estratégica do novo cenário. A ineficiência para assegurar emprego e renda para uma população que se diversificou ao longo do ciclo de crescimento, com uma urbanização acentuada, demonstrou o esgotamento de um projeto que, hoje, passado meio século, mantém-se a duras penas e depende do comprometimento e do forte engajamento de elites políticas conservadoras e seus anteparos empresariais, nas eleições e na grande mídia, em favor de um modelo de gestão pública com importantes limitações, porque não dá conta das demandas da sociedade por serviços públicos e qualidade de vida.

⁴⁰ ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo: democracia participativa em Lages**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 173p.